

Comissão Permanente de Licitação

## TOMADA DE PREÇOS SEFAZ Nº. 006/2009

# EDITAL

**OBJETO:** Contratação de empresa para aplicar treinamento vivencial, fazendo uso de Metodologia para treinamento em Ambiente Natural, também denominado: TEAL, Outdoor Training ou Treinamento Vivencial, para 60 (sessenta) gestores/servidores da SEFAZ.

**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (LOTE ÚNICO)

ITEM	ÍNDICE	PÁGINA
01	INTRODUÇÃO	02
02	DO OBJETO	03
03	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	03
04	TIPO DE LICITAÇÃO	04
05	DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	04
06	DA FASE DE HABILITAÇÃO	05
07	DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS	11
08	PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	13
09	DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO	17
10	DO PRAZO	18
11	DA GARANTIA	18
12	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	19
13	ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL	21
14	DAS PENALIDADES	21
15	DOS RECURSOS	21
16	DISPOSIÇÕES GERAIS	22

Comissão Permanente de Licitação

## EDITAL

### TOMADA DE PREÇOS SEFAZ Nº. 006/2009

#### 1 – INTRODUÇÃO

**1.1 O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela Secretaria de Estado de Fazenda, com sede na Rua da Alfândega, 42, Centro, RJ, torna público que, devidamente autorizada pelo Subsecretário Geral de Estado de Fazenda na forma do disposto no Processo Administrativo nº E-04/007.309/2009, fará realizar, no dia 19/11/2009, às 14:00 horas, na Rua da Alfândega, 48 – Auditório – 7º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (LOTE ÚNICO)**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações posteriores, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79 e bem assim pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

**1.2** – As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e comunicadas aos adquirentes do Edital, via telefax, telegrama, entrega pessoal ou correio eletrônico, devendo importar na reabertura de prazo para apresentação das propostas, exceto quando inquestionavelmente não venham a interferir na sua elaboração.

**1.3** – O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos mediante a entrega de 01 (um) pacote de quinhentas folhas de papel branco modelo A4, na sala da Comissão

**Comissão Permanente de Licitação**

Permanente de Licitações da Secretaria de Estado de Fazenda no seguinte endereço:  
Rua da Alfândega, 48 – sobreloja – Centro – Rio de Janeiro/RJ.

**1.4** – Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou da interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da Tomada de Preços, no seguinte endereço: Rua da Alfândega, 48, sobreloja, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 10:00 horas até 17:00 horas, ou por meio do telefone nº (21) 2334-4477 ou, ainda, pelo e-mail: cpl@fazenda.rj.gov.br.

**1.5** – Caberá ao Subsecretário Geral de Fazenda responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da sessão, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por qualquer das formas previstas no item 1.2 deste edital.

## **2. DO OBJETO**

**2.1** - O objeto da presente Tomada de Preços é a contratação de empresa para aplicar treinamento vivencial, fazendo uso de Metodologia para treinamento em Ambiente Natural, também denominado: TEAL, Outdoor Training ou Treinamento Vivencial, para 60 (sessenta) gestores /servidores da SEFAZ, constante das especificações técnicas, que constitui o Anexo V – Projeto Básico.

## **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1** Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**Comissão Permanente de Licitação****FONTE: 01****PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016****NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.32**

**3.2** O valor estimado da contratação é de R\$ 88.934,01 (oitenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e um centavo).

#### **4. TIPO DE LICITAÇÃO**

**4.1** – A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (LOTE ÚNICO)**.

#### **5. DAS VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Estadual, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

**5.2** Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

**5.3** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666/93.

#### **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

##### **6.1. DOS CADASTRADOS**

**6.1.1** Poderão participar da licitação as pessoas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto desta tomada de preços, inscritas no **REGISTRO CENTRAL DE FORNECEDORES - RCF**, expedido pela Subsecretaria de Recursos Logístico – SUBLO da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.

## Comissão Permanente de Licitação

---

**6.1.1.1** Os licitantes cadastrados no **RCF** deverão apresentar o Certificado de Inscrição no Registro, a que alude o item 6.1.1, em substituição aos documentos previstos no artigo 27, incisos I, III e IV da Lei nº. 8.666/93, tendo que, juntamente com o Certificado, apresentar os documentos arrolados nos itens 6.2.3.4 (Qualificação Técnica) e 6.2.3.5 (Declaração Relativa a Trabalho de Menores).

**6.1.1.1.1** A empresa que no ato licitatório, concorrer com Certificado de Inscrição no Registro Central de Fornecedores – RCF, com quaisquer documentos constantes do verso com prazos expirados, deverá entregá-los à Comissão no mesmo ato, em original ou cópia autenticada com as novas datas de validade.

## **6.2 DOS NÃO CADASTRADOS**

**6.2.1** Será permitida a participação de licitantes não cadastrados, desde que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observado o disposto no § 9º, do art. 22, da Lei nº. 8.666/93.

**6.2.2** A documentação a que se refere o item 6.2.1 deverá ser apresentada perante a Comissão Permanente de Licitação na data constante do item 1.1.

**6.2.3** Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação, arrolados nos subitens 6.2.3.1, 6.2.3.2, 6.2.3.3, 6.2.3.4 e 6.2.3.5, observada a regra específica constante do item 6.2.1.

Comissão Permanente de Licitação

---

#### **6.2.3.1 Habilitação Jurídica**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº. 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo VIII, do Edital.

#### **6.2.3.2 Regularidade Fiscal**

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**Comissão Permanente de Licitação**

**c)** Prova de regularidade com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**c.1)** Certidão Negativa de débito ou certidão positiva com efeito negativo referente à contribuição previdenciária e às de terceiro, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede da licitante;

**c.2)** Certidão negativa de débito ou certidão positiva com efeito negativo do imposto sobre circulação e mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Finanças e certidão da dívida ativa para fins de licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, ainda, certidão comprobatória de que o licitante pelo respectivo objeto está isento de inscrição estadual;

**c.3)** Certidão negativa de débito ou certidão positiva com efeito negativo do imposto sobre serviço de qualquer natureza;

**c.4)** Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**6.2.3.3 Qualificação Econômico-Financeira**

**a)** Certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei nº. 11.101/05 (certidões negativas de falências e concordatas) expedidas pelos distribuidores da sede. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei nº. 11.101/05 (falências e concordatas).

**Comissão Permanente de Licitação**

---

#### **6.2.3.4 Qualificação Técnica**

**a)** Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes (quando for o caso), que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da Licitação.

**b)** Prova de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.

#### **6.2.3.5 Declaração Relativa a Trabalho de Menores**

**a)** Apresentar declaração, na forma do Anexo IV, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

**a.1)** Os licitantes poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada no item anterior.

**6.2.4** A habilitação do licitante não cadastrado não implicará em seu cadastramento no Registro Central de Fornecedores, o qual subordina-se a análise por parte do órgão central em processo específico e segundo as normas vigentes.

### **6.3 - DAS COOPERATIVAS**

**6.3.1** - Será admitida a participação de cooperativas que atendam, conforme o caso, as exigências do Item 6.1 ou 6.2 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

**Comissão Permanente de Licitação**

---

- a) ata de fundação;
- b) estatuto (com ata da assembléia de aprovação);
- c) regimento interno (com ata da aprovação);
- d) regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- e) edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- f) registro da presença dos cooperados em assembléias gerais;
- g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- h) relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

**6.3.2** - Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

## **6.4 – DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**6.4.1** Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

**6.4.1.1** Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de dois (2) dias úteis, contados do momento em que seja declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito de negativas.

**6.4.1.2** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

**Comissão Permanente de Licitação**

**6.4.1.3** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **6.5 – DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES**

**6.5.1** - As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

## **7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS**

**7.1** – No local, data e hora fixados no item 1.1, apresentarão os Licitantes suas propostas em 02 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e fechados, designados respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

### **I – ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2009**

**NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE**

### **II – ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS**

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2009**

**NOME COMPLETO E ENDEREÇO DO LICITANTE**

**Comissão Permanente de Licitação**

---

**7.2** – Os documentos dos envelopes “**A**” – **HABILITAÇÃO** e “**B**” – **PROPOSTA DE PREÇOS**, serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

**7.3** – Os documentos exigidos no **ENVELOPE “A” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** - deverão ser apresentados no original ou em **cópia reprográfica autenticada**, na forma do Art. 32 da Lei Federal 8.666/93, encadernados com as folhas numeradas seqüencialmente e rubricadas pelo representante legal do Licitante.

**7.4** – Poderá a Comissão Permanente de Licitação solicitar a exibição do original.

**7.5** O ENVELOPE “A” conterà os documentos especificados no item 6.

**7.6** – Os documentos do **ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS** serão apresentados em 2 (duas) vias, em impresso padronizado fornecido pela administração (Anexo III), cuja minuta encontra-se disponibilizada na página [www.fazenda.rj.gov.br](http://www.fazenda.rj.gov.br) ou modelo idêntico a ser apresentado pela licitante, as quais deverão ser preenchidas por processo mecânico (datilografado) ou impressas por qualquer processo eletrônico, pelo licitante e devidamente rubricadas pelo representante legal. Os preços serão apresentados em algarismos e por extenso e cotados em moeda nacional, prevalecendo, em caso de discrepância, a indicação por extenso.

**7.7** – Não serão admitidas, sob qualquer pretexto, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes à Comissão Permanente de Licitação.

**7.8** As empresas participantes poderão ser representadas no ato licitatório por seu representante legal, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo acompanhado da carteira de identidade, ou por procurador munido do instrumento procuratório, outorgado pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida. Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao

**Comissão Permanente de Licitação**

---

Presidente da Comissão Permanente de Licitação, junto com os envelopes “A” e “B”. Os licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida neste item ficarão impedidos de se manifestar durante os trabalhos.

**7.8.1** Do instrumento procuratório mencionado no item acima deve constar a outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para desistência de recursos.

**7.8.2** A carta de credenciamento (Anexo II), a ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado e documento que comprove os poderes do outorgante, substitui, para todos os fins, a procuração a que se refere o item 7.8, inclusive no que concerne aos poderes para a prática de todos os atos da licitação e renúncia ao direito de recorrer.

**7.8.3** Os licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada à Comissão Permanente de Licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

**7.8.4** É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

**7.9** – A cotação de preços será feita em moeda nacional e deverá corresponder aos preços praticados pela empresa para pagamento à vista na data de realização da licitação, englobando todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

Comissão Permanente de Licitação

## 8. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**8.1** – No local, dia e hora previstos neste Edital, em sessão pública, deverão comparecer os Licitantes, com os envelopes “A” e “B”, apresentados na forma anteriormente definida. Os Licitantes se farão presentes por seus representantes legais, procuradores ou prepostos, que para tanto deverão estar munidos de carta de credenciamento para todos os atos da licitação, firmada pelo representante legal da empresa, conforme **Anexo II**, que deverá ser entregue, fora do envelope à Comissão Permanente de Licitação.

**8.1.1** – A ausência de representantes credenciados não exclui a participação do certame, ficando os mesmos, entretanto, impossibilitados de responder pelo licitante e, em seu nome, praticar quaisquer atos.

**8.2** – Nesta mesma sessão, que poderá ser realizada em mais de um dia, desde que tal se faça necessário para o completo exame dos documentos apresentados, serão recebidos os envelopes “A” e “B” de todos os Licitantes presentes e abertos os envelopes “A”, podendo a documentação deles constante ser examinada por todos os representantes devidamente credenciados, que a rubricarão, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação. Após a abertura dos envelopes “A”, a sessão poderá ser suspensa para julgamento da habilitação.

**8.3** – Os envelopes “B” serão mantidos fechados, sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, que os rubricará, juntamente com os representantes credenciados dos Licitantes.

**8.4** – Da sessão de recebimento dos envelopes e da abertura dos envelopes “A” será

## Comissão Permanente de Licitação

lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelos representantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Serão considerados habilitados os Licitantes que atenderem integralmente às condições previstas no **item 6**, deste Edital, conforme o caso.

**8.5** – Comunicado o resultado aos Licitantes, poder-se-á passar imediatamente à abertura dos envelopes “B” – Proposta de Preços, desde que todos os Licitantes renunciem expressamente ao direito de recorrer da decisão relativa à habilitação. Neste caso serão devolvidos aos Licitantes inabilitados, os envelopes “B” – Proposta de Preços, fechados.

**8.6** – Não ocorrendo renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os Licitantes, será designada data para abertura dos envelopes “B”- Proposta de Preços, observando o prazo de recurso estabelecido no **item 15** deste Edital. No caso de todos os licitantes estarem presentes, a intimação para a nova data dar-se-á na própria sessão pública, dispensada a publicação na imprensa oficial ou notificação.

**8.7** – Ultrapassada a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação não mais poderá desclassificar os Licitantes por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.

**8.8** – No dia, hora e local marcados para o julgamento das propostas e decorrido o prazo para recurso sem a sua interposição, tendo deste havido renúncia ou desistência expressa por todos os Licitantes ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertas as propostas de Preços dos Licitantes habilitados.

**8.9** – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital, aquelas com preço excessivo, e aquelas que tiverem preço

**Comissão Permanente de Licitação**

---

manifestamente inexecutável.

**8.10** – Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que os licitantes comprovem a viabilidade de seus preços.

**8.11** - Será declarada vencedora a proposta considerada exequível e que apresentar o menor preço global por lote (Lote Único).

**8.12** – No caso de empate entre as propostas de menor preço, proceder-se-á, de imediato, o sorteio, em ato público, com a presença de todos os licitantes.

**8.13** - Havendo empate no momento do julgamento das propostas, será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a licitação tenha sido vencida por empresa que não detenha tal condição. Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 10% àquela mais bem classificada.

**8.13.1** - Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, proposta escrita de preço inferior àquela considerada vencedora, hipótese na qual terá adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b – Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que se apresente neste caso não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que

**Comissão Permanente de Licitação**

---

se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c – Na situação de empate na forma antes prevista, existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, proceder-se-á ao sorteio entre estas com vistas a se identificar àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.13.2** - Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**8.14** – Na hipótese de inabilitação ou desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar aos Licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas devidamente escoimadas das causas que deram origem a tal situação.

**8.15** – O julgamento das propostas de preços (envelope “B”) e a classificação final das propostas será objeto de ata circunstanciada, que será assinada pelos licitantes credenciados presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

**8.16** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega.

**8.17.** É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Comissão Permanente de Licitação

**8.18** À critério da Comissão Permanente de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

## 9. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

**9.1** – Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Subsecretário Geral de Fazenda, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante vencedor, que será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato, cuja minuta constitui o **Anexo I**.

**9.2** – Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a SEFAZ, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os Licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**9.3** Na forma do disposto no Decreto Estadual nº. 33.925, de 18.09.2003, o licitante vencedor deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I** - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II** - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III** - de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV** - mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

**Comissão Permanente de Licitação**

**9.3.1** Poderá o ordenador de despesa, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

## **10. DOS PRAZOS**

**10.1** – O prazo de vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do contrato, sendo contados a partir da data indicada no contrato, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo da vigência, caso posterior à data convencionada.

## **11. DA GARANTIA**

**11.1** – Exigir-se-á do licitante vencedor, no momento da assinatura do contrato uma garantia, a ser prestada em qualquer das modalidades de que trata o § 1º do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituído após sua execução satisfatória

**11.2** As garantias prestadas não poderão se vincular a novas contratações, salvo após sua liberação.

## **12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**12.1** O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente do Banco ITAU S/A, cujo número e agência deverão ser informados juntamente com a Proposta Detalhe (Anexo III).

Comissão Permanente de Licitação

**12.2** No caso do contratado estar estabelecido em localidade que não possua agência do ITAU, o pagamento poderá ser efetuado no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, cujo número e agência deverão ser informados na forma do item **12.1**.

**12.3** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Departamento de Serviços, sito à Rua da Alfândega, 48 – 4º andar – centro – Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal FGTS e INSS relativa à mão de obra empregada no Contrato.

**12.4** A forma de pagamento será em duas parcelas, sendo 40% na primeira parcela e 60% na segunda, cada uma a contar da devida atestação da nota fiscal/fatura.

**12.4** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**12.5** O pagamento eventualmente realizado com atraso sofrerá a incidência de atualização financeira pelo IGPM/FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

### **13 - ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL**

**13.1** - Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93 e na cláusula sétima da minuta de contrato (Anexo I), dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei

**Comissão Permanente de Licitação**

**13.2** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**13.3** - Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo contratado, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da repartição interessada.

## **14. DAS PENALIDADES**

**14.1** – Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, observadas as disposições da cláusula décima terceira do contrato (Anexo I).

## **15. DOS RECURSOS**

**15** – Os recursos das decisões da Comissão Permanente de Licitação serão apresentados por escrito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato ou da data da lavratura de qualquer das atas, conforme o caso, e dirigidos ao Subsecretário Geral de Fazenda. Reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará a Comissão Permanente de Licitação o recurso à autoridade superior, que a ratificará ou não, de forma fundamentada.

**15.2** – A Comissão Permanente de Licitação dará ciência dos recursos aos demais Licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**15.3** – Os recursos contra as decisões relativas à habilitação ou inabilitação de Licitante, ou contra o julgamento da Proposta de Preços, terão efeito suspensivo.

Comissão Permanente de Licitação

**15.4** – A intimação dos atos referidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “e” do inciso I do Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado – Parte I, salvo os casos de habilitação ou inabilitação dos Licitantes e julgamento da propostas, se presente os prepostos de todos os Licitantes no ato em que for adotada a decisão, hipótese em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados.

## **16 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual nº. 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal nº. 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

**16.2** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93.

**16.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**16.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5** As propostas de preços, caso não retiradas pelos licitantes no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do término do certame, poderão ser inutilizadas pela Comissão Permanente de Licitação.

**Comissão Permanente de Licitação**

**16.6** Acompanham este Edital os seguintes anexos:

**Anexo I** Minuta Contratual

**Anexo II** Carta de Credenciamento

**Anexo III** Modelo de Proposta-Detalhe

**Anexo IV** Modelo de declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (item 13.2.5)

**Anexo V** Projeto Básico

**Anexo VI** Quadro Estimativo (Planilha Orçamentária)

**Anexo VII** Modelo de cumprimento Dec. Estadual nº 33.925/03

**Anexo VIII** Declaração ME ou EPP

**16.7** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

**16.8** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.

**16.9** O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

**Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2009**

**ASSINADO NO ORIGINAL  
RENATO AUGUSTO ZAGALLO VILLELA DOS SANTOS  
SUBSECRETÁRIO GERAL DE FAZENDA**